

**A cidade e os grupos escolares: arquitetura e espaço escolar em Minas Gerais
(Juiz de Fora, 1907 - 1930)***

Marina Fernandes Braga*

Resumo: No início do século XX a cidade de Juiz de Fora - MG passa por modificações em sua paisagem urbana. Diante desse cenário é implantada na cidade a escola primária pública republicana. Para tal escola, prédios específicos seriam construídos ou adaptados para seu funcionamento. Nesse sentido, é a partir de análises do primeiro edifício destinado a tal forma escolar, que pretendo explicar como se apresentaram inicialmente, a linguagem arquitetônica e os espaços escolares pretendidos e concebidos pelo Estado mineiro na paisagem urbana da cidade de Juiz de Fora.

Palavras chave: cidade, grupos escolares, arquitetura e espaço escolares.

Abstract: At the beginning of century XX, the city of Juiz de Fora -MG passes for modifications in its urban landscape. Ahead of this scene, is implanted in the city the republican public primary school. For the school, specific building would be constructed or adapted for its functioning. In this direction, from analyses of the first building destined to such form school that I intend to explain as they had been presented initially, the architectural language and the spaces of the school intended and conceived by the State of Minas Gerais in the urban landscape of the city of Juiz de Fora.

Keywords: city, school groups, architecture and space of the school.

O movimento da cidade

No início do século XX, a cidade de Juiz de Fora vivenciou um intenso processo de modernização resultante da ação de fazendeiros e industriais da região, responsáveis pelo incremento de sua economia que, em pouco tempo, levou-a a se diferenciar das demais regiões do estado de Minas Gerais. Ademais, sua proximidade geográfica com o Rio de Janeiro e São Paulo, grandes centros da época, e sua localização estratégica entre estes podem ser apontados como possíveis fatores na construção de cenários econômicos e culturais específicos que a destacou de outras cidades mineiras marcadas por uma religiosidade católica peculiar e uma arquitetura tipicamente barroca (CHRISTO, 1994).

· Este trabalho é uma versão revisada do trabalho intitulado “A paisagem da cidade e os grupos escolares: arquitetura e espaço escolar em Minas Gerais (Juiz de Fora, 1907 – 1930)” apresentado no VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais realizado em maio de 2007 na UFJF, cidade de Juiz de Fora-MG.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Área Temática em História e Historiografia da Educação. O presente trabalho é desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq - Brasil.

No ano de 1907, a cidade contava com uma população total de 85.450 habitantes, sendo que entre esses, 28.553 encontravam-se na zona urbana e os demais na zona rural. Nas primeiras décadas do século XX, a imagem do progresso e da modernização foi enfatizada através da reforma e instalação de um planejamento urbano e higiênico que pôde contar com vários tipos de obras e serviços como construção de prédios e praças, abertura de novos arruamentos, saneamento, calçamento, arborização das ruas, elevação de pontes, abastecimento de água, matadouro, eletricidade, veículos de transporte, casas de espetáculo, instituições educativas e outras benfeitorias que pudessem embelezar e causar impressões de cidade modernizada. Uma característica que lhe é peculiar no início do século XX, foi sua industrialização acelerada permitindo seu destaque como importante cidade de Minas Gerais, em especial na Zona da Mata mineira.

Além desses aspectos, a cidade também possuía uma expressiva representação de intelectuais que contavam com um grande número de jornais diários para fazer circular seus ideias e críticas, os quais também travavam das notícias da cidade e de acontecimentos no restante do país e no mundo. No jornalismo apareciam desde o enfoque político, passando pelo humorístico, classista e religioso (OLIVEIRA, 1981).

Sua intensa vida cultural pode ser percebida pelas visitas de companhias teatrais, pelos circos armados em alguns pontos da cidade, saraus dançantes e conferências literárias que reuniam intelectuais da época (TRIBUNA DE MINAS, 199_).

Observa-se, portanto, um movimento da cidade longe do que caracterizaria uma cidade do interior. Era uma cidade sofrendo influências de diversos setores, buscando o que parecia ser o mais moderno e desenvolvido, era uma cidade com novas necessidades.

Considerando-se o conjunto de transformações político-educacionais do cenário histórico nacional e juiz-forano, foi instalado, em 1907, um novo modelo de escola primária através dos grupos escolares como defensores da bandeira republicana de universalização do ensino para as crianças (YASBECK, 2006). Esta nova modalidade de organização de ensino foi inaugurada em São Paulo, no ano de 1893, e serviu como modelo de ensino para outras regiões do país. Em 1902, Estevam de Oliveira, Inspetor Técnico do Ensino de Minas Gerais, conheceu a realidade escolar paulista e, tornou-se, a partir de então, um dos maiores defensores na adoção dos Grupos Escolares como a forma mais moderna e eficiente de organizar o ensino em todo o Estado de Minas (OLIVEIRA, 1902). Entretanto, a Reforma do Ensino em Minas Gerais, só se efetivou no ano de 1906 durante o governo de João Pinheiro, quando as propostas de Estevam de Oliveira se concretizariam.

No estado de Minas Gerais, Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades a contar com a nova proposta de ensino público. A iniciativa de colaborar com a reformulação do ensino no Estado foi enfrentada como um desafio pelo diretor dos primeiros grupos escolares, o Sr. José Rangel, que enxergava na reforma do ensino primário uma “revolução ao seio da primitiva escola primária”:

Não obstante ter de operar em centro dos mais cultos do país, qual a moderna e laboriosa cidade de Juiz de Fora, que se salienta sempre pelos seus excelentes estabelecimentos educativos, alguns dos quais forneceram as mais brilhantes intelectualidades a geração moderna, desde logo verifiquei que causas múltiplas haviam de dificultar minha tarefa, destacando-se entre outras, o preconceito rotineiro e conservador de espíritos não aparelhados para compreender e aceitar as idéias e cometimentos impostos pelo evoluir progressista, culminante na quadra contemporânea.

A reforma, calcada sob feição inteiramente nova, de acordo com as conquistas mais recentes da observação pedagógica, havia de impressionar vivamente os timoratos e os leigos, tal a revolução que vinha trazer ao seio da primitiva escola primaria, ainda sob moldes rudimentares edificada.

Assim, pois, foram os meus primeiros passos no sentido de fazer compreender o valor do plano em execução, de destruir a sua má inteligência e fazer com que essa propaganda se tomasse frutífera e eficaz.

Desta obra de tenacidade, paciência, convicção e energia, dão os habitantes da cidade vivo e palpitante testemunho pela forma por que, hoje, prestigiam este estabelecimento, considerando-o um centro inteligentemente constituído para a moderna educação popular, com todos os requisitos para proporcionar ao individuo os elementos completos de que carece para a luta e para a vitória, no concurso geral de aptidões morais, físicas e intelectuais, no qual a seleção natural mais uma vez se porá em evidência flagrante. Estou convencido de que, generalizando-se essa campanha, que é acolhida com aplausos e simpatia em todo o Estado, uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica, pois, em uma cidade como esta, eminentemente industrial, teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão e por rumo da nossa atividade (APM - SI 2829).

Em meio ao seu destaque intelectual e cultural, a cidade acompanhava um processo de disseminação da escola primária pública que ocorria em diferentes estados do Brasil (FARIA FILHO e SOUZA, 2006). A crença na mudança do ensino primário que ocorreria a partir de então, estaria sintonizada com o discurso de que os grupos escolares seriam uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira (SOUZA, 2004, 1998).

Arquitetura e espaços escolares em Minas Gerais

Uma das formas mais visíveis de intervenção frente à forma de ensino do período Imperial seria a utilização de espaços próprios à renovada forma escolar. Portanto, a adoção

de um local próprio à função de ensinar seria uma questão importante a ser enfrentada pelos poderes públicos que colocavam a instrução como o principal meio de civilização. O historiador Antonio Viñao (2006, p.48), afirma que os edifícios escolares são, e tem sido, a expressão visível da intervenção dos poderes públicos no âmbito educativo; seriam "signo e símbolo de interesse dos ditos poderes pela educação".

Os estudos de Faria Filho (2000), destacam que a criação dos grupos escolares na capital de Minas Gerais foi concebida como signo de modernidade republicana, seguindo os caminhos da cidade e adotando a linguagem arquitetônica como instrumento de visibilidade do poder público que marca o processo de civilização que se queria na República. Desse modo, podemos pensar que este tipo de instituição atrelava a linguagem arquitetônica à racionalidade pedagógica da escola graduada, uma vez que sua organização reunia várias escolas primárias em um único local e agrupavam os alunos em classes homogêneas. Como o fez Bencostta (2005, p. 98) para o caso da capital do Paraná que afirmou ter sido “necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de construir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de uma moderna pedagogia”.

Em seu relatório apresentado ao Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais em 1902, Estevam de Oliveira retrata a situação do ensino elementar em todo o Estado e quando se refere à situação dos locais destinados ao ensino primário, indica que a construção de prédios escolares seria o fundamento primordial de toda e qualquer reforma de ensino primário, mas que no Estado de Minas parecia ser um problema sem solução. Não havia nenhum tipo de lei orçamentária destinada a esse fim e caso fossem empregados recursos financeiros para que tal problema fosse solucionado de forma generalizada, a máquina orçamentária viria seu “naufrágio” (OLIVEIRA, 1902).

Tomando como exemplo o caso do ensino fluminense e paulista, Estevam de Oliveira destaca em seu relatório várias normas para as construções de prédios, pensando como o espaço escolar deveria se dispor obedecendo as idéias pedagógicas e higiênicas. Várias questões referentes à utilização do espaço escolar foram alertadas por ele como a capacidade das salas escolares, número de alunos que se devia manter, o revestimento interno das paredes para permitir luz suave e graduada, a sua cubagem e sua iluminação.

O decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906, que vem regulamentar a instrução primária e normal no Estado de Minas, no seu capítulo IV, trata de forma sintética a questão dos prédios escolares. Primeiro, coloca que na execução de seu plano de ensino, o governo para instalar qualquer tipo de instituição, daria preferência às localidades que o auxiliassem,

fosse por somas em dinheiro ou doação de prédios, terrenos ou materiais. Dessa forma, o governo compartilharia as ações para implementação de seu novo plano de ensino com as municipalidades e privilegiaria as cidades mais abastadas. As instituições de ensino poderiam e deveriam funcionar em casas próprias e para os prédios escolares que fossem construídos o governo forneceria os tipos arquitetônicos a serem adotados.

No regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas de 1907 alguns artigos apontavam condições para uma boa organização do prédio escolar, normatizando-o frente aos discursos da nova pedagogia e higiene, para a utilização e conservação dos espaços. Essas determinações visavam uma organização da escola sob os discursos educacionais e higiênicos, com elementos de uma racionalização pedagógica. Os edifícios seriam construídos e possuiriam espaços próprios e diversos às diferentes práticas que a nova organização pedagógica propunha.

O primeiro edifício escolar na paisagem de Juiz de Fora: um primeiro olhar

O primeiro edifício que abrigaria o primeiro grupo escolar da cidade é também o mesmo prédio em que funcionou a Escola Normal da cidade, o Palacete Santa Mafalda¹, que foi desativada de tal edifício no fim do ano de 1906, e em 1907 passa a funcionar um grupo escolar modelo sob a direção do Sr. José Rangel que havia sido diretor até então da Escola Normal (O PHAROL, 1906).

O grupo escolar teve sua instalação adiada segundo o jornal O Pharol (1907), devido à grande procura para matrículas, sendo instalado efetivamente no dia 04 de fevereiro de 1907, data instituída pelo diretor escolar, com solenidade aberta a toda a população. Para o ano de 1907, foram matriculadas 476 crianças inicialmente, passando a 501, segundo informações do diretor José Rangel em relatório desse mesmo ano, enviado à Secretaria do Interior. Ainda no mesmo ano, esse edifício passaria a abrigar o segundo grupo escolar com matrícula de 396 crianças, passando a 501 o número total de crianças matriculadas. O prédio abrigaria a partir de então dois grupos escolares funcionando em turnos diferentes para atender o grande número de crianças em idade escolar.

O prédio escolar em que foi instalado o primeiro grupo escolar da cidade, situava-se à rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco, próximo a outros prédios

¹ O Palacete foi construído em meados do século XIX com a finalidade de presentear o Imperador e servir de casa de verão para a família imperial. Mas tal palacete não foi aceito como presente pelo imperador e por isso, antes de seu falecimento o Barão de Santa Mafalda faz uma doação do referido prédio à Santa Casa, que por sua vez o arrenda ao governo que o utiliza para finalidades educacionais. MINAS GERAIS. *Palacete Santa Mafalda – Escola Estadual Delfim Moreira*. 2000.

públicos municipais e também à Igreja Matriz, localizando-se na área central da cidade. O grupo escolar estava em local privilegiado, bem no centro da paisagem urbana, podendo ser percebido e admirado. Seus portões de ferro, situados em suas extremidades e sua fachada imponente, acabam delimitando a faixa divisória do que é próprio à escola e do que é externo a ela.

O inspetor do ensino Estevam de Oliveira em relatório enviado à Secretaria do Interior no ano de 1906 informava as condições em que o prédio utilizado pela Escola Normal se encontrava. Ele era um vasto prédio, constituído de dois pavimentos, o térreo e o superior, pertencentes ao patrimônio da Santa Casa da cidade e estava arrendado ao governo do Estado por escritura pública.

Duas secções integram o edifício: o corpo do prédio propriamente dito e uma ala à direita de quem penetra no edifício. A portaria de entrada situada no meio do prédio, tem 3m,40 de altura sobre 1m,65 de largura; as janelas em seus pavimentos, tem a dimensão de 2m,22 X 1m,12; as paredes internas as seguintes alturas: no pavimento térreo 4,20m; no pavimento superior, 4m,30. Não há pintura interna a óleo, porquanto todas as paredes são forradas de papel finíssimo, é certo variegadas cores, que em alguns compartimentos modificam-se sensivelmente as condições da iluminação interna. Nem é esse o sistema preferido da higiene escolar.

Atinge a 26m,32 o comprimento total da frente do prédio sobre 15m,55 de largura; a superfície da área direita (única existente) é de 17m,15 X 11m,0. (APM, SI 2829).

Apesar de ter sido um edifício adaptado à finalidade de ensinar, não construído para tal utilização e ainda fora das mais perfeitas condições higiênicas, ele é um edifício atraente e colabora para dar visibilidade às ações da renovação no ensino primário, conforme os ideais Republicanos.

Portanto, o Estado de Minas Gerais investiu em locais próprios e destinados à instrução pública primária e a cidade de Juiz de Fora, juntamente com o processo de melhorias na cidade, acompanha de perto o movimento de disseminação desta nova forma escola juntamente com outras cidades de grande importância, recebendo-a como um modelo de ensino civilizatório e modernizador. Mas, frente às regulamentações do Estado e as condições que o primeiro edifício se encontrava, o edifício que abrigaria os primeiros grupos escolares ainda precisaria de algumas adaptações para torna-se um edifício destinado ao ensino e conforme os discursos pedagógicos e higiênicos.

O espaço escolar público primário vai se tornando, paulatinamente, com a República um elemento básico para a atividade educativa possibilitando uma das formas de visibilidade das ações educacionais do Estado. O edifício - escola passava a ocupar um

conjunto de símbolos e significados na vida da sociedade. Seria, portanto, uma construção diferenciada das demais, que se separava do lar e de outros edifícios públicos, civis e religiosos, independente de qualquer outra construção e adequado para a finalidade de ensinar.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Relatório de Estevam de Oliveira enviado à Secretaria do Interior no ano de 1906. SI 2829.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Relatório do sr. José Rangel, enviado à Secretaria do Interior em 1907. Acervo do Arquivo Público Mineiro, SI 2829.

DIVISÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resoluções da Câmara Municipal 1906 a 1930.

ESTEVES, Albino de O.(org). Álbum do município de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915, 2 ed.

MINAS GERAIS. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. Palacete Santa Mafalda – Escola Estadual Delfim Moreira. 2000.

OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino público primário e normal de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1902.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria. 2 ed, 1966.

O PHAROL, 13 de maio de 1910.

O PHAROL, 18 de dezembro de 1906.

O PHAROL, 01 de fevereiro de 1907.

TRIBUNA DE MINAS. *Juiz de Fora em dois tempos*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 199_.

Referências:

- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: _____(org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa da UFJF, 1981.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- _____. Lições da escola primária. In: _____ et all. (orgs). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- _____ e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Templos de la patria, templos del saber. Los espacios de la escuela y la arquitectura escolar. In: ESCOLANO, A. (org.). *Historia Ilustrada de la escuela en Españã*. Dos siglos de perspectiva histórica. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, pp.47-71.
- YASBECK, Lola. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 - 1971)*. Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2006.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.